

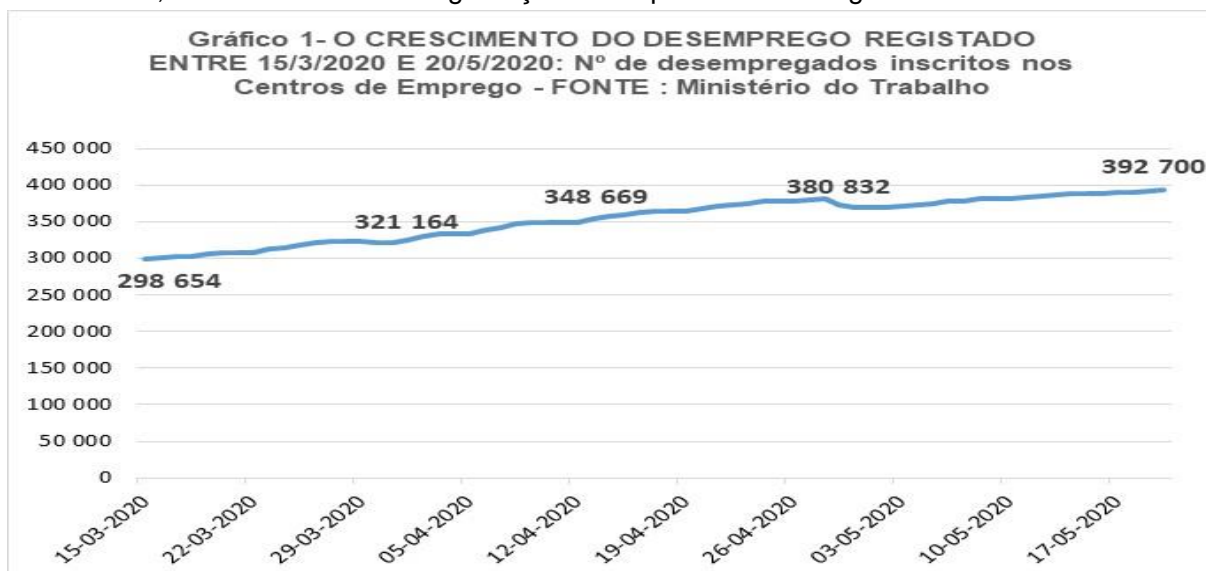
Se quiser receber gratuitamente estes estudos envie uma mensagem para edr2@netcabo.pt a pedir

O AUMENTO DO DESEMPREGO, O REDUZIDO APOIO AOS DESEMPREGADOS, O ALAISTRAR DA MISÉRIA, E A NECESSIDADE DA RETOMA ECONÓMICA COM SEGURANÇA E SEM MEDO

Numa altura em que se verifica uma quebra dramática na atividade económica, e em que a retoma da economia está-se a revelar difícil, devido à ação conjugada de dois fatores – risco de saúde pública que ainda persiste e medo que se instalou na sociedade -interessa analisar com objetividade outra “pandemia” a nível do país, não menos mortífera do que o COVID 19, que é o alastrar do desemprego e das suas consequências (*miséria, fome, desigualdades, agravamento da saúde da população, aumento de mortes, etc.*). Lembrar a situação dramática daqueles que perderam ou vão perder o emprego nunca é demais, perante o silêncio dos media e do governo.

O CRESCIMENTO RÁPIDO DO DESEMPREGO REGISTADO NOS CENTROS DE EMPREGO, E É APENAS UMA PARTE DO DESEMPREGO

Muitas vezes, a nível da comunicação social e da opinião pública, confunde-se o desemprego registado nos Centros de Emprego com o desemprego total existente no país. No entanto, o desemprego registado, que todos os meses o Instituto de Emprego e Formação Profissional divulga, corresponde apenas a uma parcela dos desempregados existentes no nosso país. Ele apenas se refere aos desempregados que se inscreveram nos Centros de Emprego, e muitos desempregados não se inscrevem nomeadamente quando não têm direito ao subsídio de desemprego. Mas mesmo o desemprego registado, ou seja, essa parcela dos desempregados, registou um aumento significativo nos últimos dois meses como revelam os dados do Ministério do Trabalho, Solidariedade e da Segurança Social que constam do gráfico 1



Em dois meses apenas (15/3/2020 a 20/5/2020) o desemprego registado aumentou 31,5%, ou seja, em 94.046. Um crescimento enorme até porque existem muitos desempregados que não se inscreveram nos Centros de Emprego. Durante o mesmo período de tempo, o número de pedidos de subsídios de desemprego disparou como revela o gráfico 2, também construído com dados divulgados pelo Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social

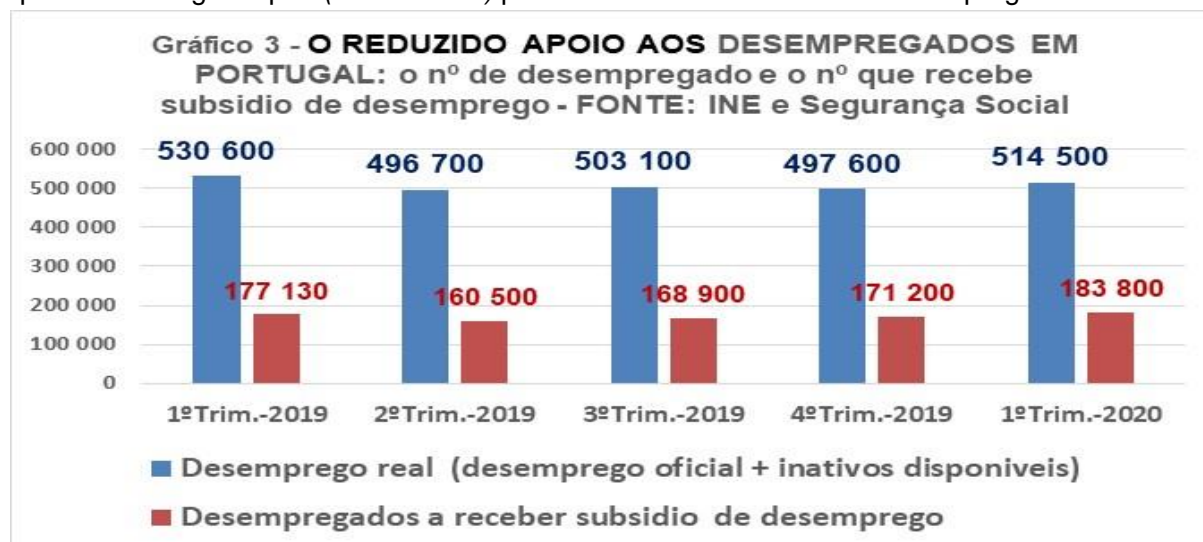


Se quiser receber gratuitamente estes estudos envie uma mensagem para edr2@netcabo.pt a pedir

Entre 15/3/2020 e 20/5/2020, o total acumulado de pedidos de emprego aumentou em 814,8%, ou seja, nove vezes mais (passou 13.482 para 123.334, ou seja, +109.855). E isto apenas em 2 meses. É um indicador da destruição maciça de emprego que se está a verificar, lançando milhares e milhares de trabalhadores no desemprego, deixando-os sem trabalho que é a sua única fonte de rendimentos para viver (eles e suas famílias). E nos números anteriores ainda não estão incluídos 1.325.635 trabalhadores inscritos para "lay-off", em que mais de meio milhão o governo prevê não aprovar como mostramos no nosso estudo anterior.

O DESEMPREGO REAL É MUITO SUPERIOR AO DESEMPREGO OFICIAL E AO DESEMPREGO REGISTRADO, E APENAS 35% DOS DESEMPREGADOS RECEBEM SUBSÍDIO DE DESEMPREGO

O gráfico 3, com dados divulgados pelo INE e pela Segurança Social, mostra que apenas uma parte reduzida de desempregados está a receber o subsídio de desemprego devido às exigências que a lei em vigor impõe (DL 220/2006) para ter direito ao subsídio de desemprego.



O número de desempregados com direito a receber o subsídio de desemprego, quando comparado com o número total de desempregados, é muito reduzido no nosso país. Por exemplo, no fim do 1º Trimestre de 2020, ou seja, em março de 2020, o número de desempregados era de 514.500, mas o número destes que tinham direito a receber o subsídio de desemprego era apenas 183.800, ou seja, 35%. Em cada 100 desempregados apenas 35 recebiam o subsídio de desemprego. Portanto, enquanto a atual lei do subsídio não for adaptada à nova realidade criada pelo "coronavírus", o número de desempregados com direito a receber o subsídio de desemprego continuará a ser muito reduzido, e a miséria aumentará.

O VALOR MÉDIO DO SUBSÍDIO DE DESEMPREGO É MUITO BAIXO, QUASE IGUAL AO VALOR DO IAS, O QUE AGRAVA A MISÉRIA MESMO DAQUELES QUE RECEBEM O SUBSÍDIO

Como revela o gráfico 4 (os dados são os divulgados pela Segurança Social que paga o subsídio de desemprego), o valor médio do subsídio de desemprego é muito baixo e tem diminuído



Se quiser receber gratuitamente estes estudos envie uma mensagem para edr2@netcabo.pt a pedir

Os dados do gráfico 4, que são da Segurança Social, mostram que o valor do subsídio médio de desemprego em Portugal era, em abril de 2020, apenas 442,20€ por mês, portanto um valor muito próximo do IAS que, em 2020, é 438,81€, o que atira a esmagadora maioria dos desempregados, se não tiver outra fonte de rendimentos, para o limiar da pobreza. Repetimos, mesmo este valor é só pago a 35% dos desempregados existem no nosso país (o desemprego oficial é inferior ao desemprego real, porque o INE não considera como desempregados aqueles que não procuram, no período do inquérito, emprego apesar de estarem desempregados).

SEGUNDO O INE, EM 2018 JÁ 42% DOS DESEMPREGADOS ESTAVAM NO LIMIAR DA POBREZA

Entre os diversos extratos que compõem a população portuguesa, era o dos desempregados que apresentava maior percentagem de pobreza como mostram os dos do INE constantes do quadro.

Quadro 1 - Taxa de risco de pobreza após transferências sociais, segundo a condição perante o trabalho, Portugal, 2015-2018

Ano de referência	2015	2016	2017	2018 (Po)
Empregado	10,9%	10,8%	9,7%	10,8%
Desempregado	42,0%	44,8%	45,7%	47,5%
Reformado	16,0%	15,1%	15,7%	15,2%

Fonte: INE, EU-SILC: Inquérito às Condições de Vida e Rendimento - 2016-2019

A percentagem dos desempregados no limiar da pobreza era de 47,5% já em 2018 (em cada 100 desempregados cerca de 48 estavam no limiar da pobreza e, entre 2015 e 2018, aumentou de 42% para 47,5%). A estes 47,5% ainda se juntam 10,8% dos que estavam empregados pois, embora tivessem um emprego, o salário que recebiam era tão baixo que os colocavam no limiar da pobreza. Em 2018, a situação dos desempregados já era dramática que se vai agravar enormemente com a crise causada pelo “coronavírus” e, ainda mais, se a economia continuar parada e a cair, e se não se verificar a retoma da atividade económica.

O “LAY OFF” É UM PALIATIVO QUE NÃO EVITA A PERDA DO EMPREGO E DO RENDIMENTO PELO TRABALHADOR, E AS ENTIDADES PATRONAIS PRETENDEM QUE SEJA MANTIDO PARA ASSIM TER UMA RESERVA DE FORÇA TRABALHO A PREÇOS REDUZIDOS PAGA PELO ESTADO

As associações patronais, Rui Rio, e até mesmo o Presidente da República já vieram defender que o “lay off” deve continuar. Os patrões falam mesmo em 2021. A manutenção do “lay off” significa, **para os trabalhadores** rendimentos de miséria (para a esmagadora maioria deles a remuneração líquida é apenas de 600€/mês); **para os patrões** a manutenção de uma reserva de mão de obra disponível muito barata financiada pelo Estado (só suportam 22% do que pagariam se o trabalhador estivesse a produzir riqueza); **para o Estado** financiar uma enorme despesa dos patrões através do Orçamento do Estado ou da Segurança Social com receitas de impostos ou descontos (450€/mês por trabalhador) impossível durante muito tempo; **e para o país** representa uma enorme riqueza perdida que seria produzida por 1,3 milhões de trabalhadores mas que não é produzida (a manutenção de 1,3 milhões de trabalhadores em lay-off representa anualmente a perda de cerca de 59.000 milhões € de riqueza anual, o que corresponde a cerca de 27,2% do PIB previsto pelo INE no PDE de Março-2020). A solução não está em continuar a não produzir riqueza que o país necessita para se poder manter e garantir os rendimentos e direitos dos portugueses, mas sim na retoma da atividade económica com segurança, **e não alimentar a falsa ideia de que o país poderá sobreviver com 1,3 milhões de trabalhadores em “lay-off”**. **Portugal precisa do trabalho de todos os portugueses para poder sobreviver, pois não se aguenta apenas com o trabalho de uma parte da sua população trabalhadora**

“VAMOS TER DOIS ANOS MUITO DUROS” JÁ AFIRMA ANTÓNIO COSTA (a boca a fugir para a verdade) **E A CRIAÇÃO DA ILUSÃO DE QUE UNIÃO EUROPEIA NOS VAI SALVAR**

Num discurso que proferiu perante a Comissão Política Nacional do PS em 22/5/2020, divulgado nos órgãos da comunicação social, António Costa afirmou textualmente o seguinte: “Vamos ter pela frente dois anos muito duros de combate pela proteção das nossas empresas, do emprego e do rendimento dos portugueses. Vão ser dois anos muito exigentes e não há otimismo que permita pensar que vamos conseguir fazer isso em menos tempo”, quando antes afirmava que não haveria austeridade. Mas não vão ser apenas 2 anos, a austeridade violenta já começou para mais de 1,5 milhões de trabalhadores portugueses que ou perderam o emprego, ou foram colocados em “lay-off”, com rendimentos reduzidos abaixo do salário mínimo nacional (muitos deles ainda não receberam nada e centenas de milhares não receberão), ou que estão ameaçados de perder o emprego. **Ao mesmo tempo que anunciava tempo difíceis para os portugueses, procurava iludi-los dizendo e criando a falsa ideia de que a salvação viria da União Europeia. Mas os portugueses sabem por experiência própria que isso é uma ilusão, terão de contar essencialmente consigo e só com a riqueza que produzirem mas melhor distribuída** Eugénio Rosa, edr2@netcabo.pt – 24-5-2020.